

O Vaticano II e a Escatologia Cristã

Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral
da *Gaudium et Spes*

Afonso Murad

O Vaticano II e a Escatologia Cristã
Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes*

The Vatican II and Christian eschatology.
Essay from a theological-pastoral reading of *Gaudium et Spes*

Afonso Murad

FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia)

Resumo

O artigo visa mostrar a contribuição da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, para a escatologia contemporânea. O autor escolheu como método um estudo comparativo entre o ensino de um catecismo tradicional católico, anterior ao Concílio (CAULY), referente aos novíssimos, e os artigos do referido documento conciliar. Foram escolhidos como parâmetro os temas: antropologia dual, morte e ressurreição, juízo e nova criação, centralidade cristológica, tensão entre ação humana e vinda do Reino. Com isso, há critérios para avançar na escatologia, além de subsidiar a elaboração de textos pastorais acerca deste tema fundamental para a vida cristã.

Palavras-chave: Escatologia; *Gaudium et Spes*; Novíssimos; Esperança cristã.

Abstract

The article aims to show the contribution of the Pastoral Constitution *Gaudium et Spes*, of the Second Vatican Council, for a contemporary eschatology. The author chooses as method a comparative study between the teaching of a traditional Catholic catechism prior to the Council (CAULY), referring to the *novissimi*, and the articles of the above-mentioned Council document. The parameter chosen is the following themes: dual anthropology, death and resurrection, judgment and new creation, Christological centrality, tension between human action and the coming of the Kingdom. Thus, there are criteria to advance in eschatological reflection, as well as to support the elaboration of pastoral texts on this fundamental issue for the Christian life.

Keywords: Eschatology; *Gaudium et Spes*; *Novissimi*; Christian hope.

O Vaticano II e a Escatologia Cristã

Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral
da *Gaudium et Spes*

Afonso Murad

FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia)

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *José Ivo Follmann, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XII – Vol. 12 – Nº 100 – 2015

ISSN 1807-0590 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Unilasalle, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Arte da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014).

ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

O Vaticano II e a Escatologia Cristã

Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes*¹

Afonso Murad

FAJE (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia)

Introdução¹

O presente trabalho visa apresentar algumas contribuições do Concílio Vaticano II para uma Escatologia Cristã contemporânea que seja significativa para o homem e a mulher de hoje. Usaremos uma metodologia simples e direta. Consistirá em mostrar como a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sem pretender ser um compêndio de afirmações dogmáticas, fornece impor-

tantes elementos teológicos para modificar e ampliar o discurso a respeito da escatologia cristã. A fim de mostrar as diferenças, tomar-se-á como base de comparação o Catecismo Cauly (CAULY, 1959). Também denominado “Curso de Religião”, esta obra, de origem francesa, datada originalmente de 1932, foi publicada no Brasil pelos Irmãos Maristas, na Editora FTD. Utilizado para a formação de muitas gerações de crianças e jovens, tem o mérito de retratar, de maneira simples e direta, o conteúdo do catecismo tradicional católico, que vigorou após o Concílio de Trento.

No catecismo Cauly, a escatologia é apresentada como explicitação do 11º e 12º artigos do credo, ou seja: “creio na ressurreição da carne e na vida eterna”. Como

¹ Este artigo é a íntegra da apresentação proferida pelo Prof. Afonso Murad no dia 20 de maio de 2015, nas Sessões Temáticas do II Colóquio Internacional IHU – O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

acontece em outros catecismos da época, cada questão é numerada, de forma a favorecer a memorização e a averiguação posterior da aprendizagem. Didaticamente, o assunto é dividido em cinco blocos: (I) morte e juízo particular, (II) ressurreição dos corpos, (III) juízo final, (IV) inferno, (V) purgatório (CAULY, 1959, p. 99-121, n. 84 a 100). Já no texto conciliar, que não é um catecismo de perguntas e respostas, os temas de escatologia se situam no contexto do diálogo da Igreja com o mundo e no exercício de perscrutar os Sinais dos Tempos. Portanto, não se pode fazer uma comparação linear, pois os contextos e as finalidades são diferentes. No entanto, e isso é surpreendente, os textos da *Gaudium et Spes* fornecem elementos teológicos preciosos para rever e ampliar a escatologia tradicional. Vejamos as principais diferenças.

Na visão católica tradicional, a escatologia corresponde aos novíssimos, ou seja, àquelas coisas que acontecerão no final de tudo. Os novíssimos individuais dizem respeito aos acontecimentos que vêm com a morte, o fim da vida terrena do indivíduo. Logo após a morte, a alma é submetida ao juízo particular. Dependendo da situação do indivíduo quando morre (em estado de graça, com pecados veniais, ou em pecado mortal), será reservada

à alma respectivamente o destino do céu, do purgatório ou do inferno. Já os novíssimos coletivos correspondem aos “últimos acontecimentos” que atingirão a toda a humanidade, quando Jesus voltar (parusia). Inclui o juízo final, a ressurreição final dos mortos. Os dois momentos da escatologia (pessoal e coletivo) são caracterizados de forma compartimentada, como se não houvesse relação entre eles.

Vejamos algumas características da escatologia anterior ao Vaticano II, e as mudanças na doutrina, a partir da *Gaudium et Spes*².

1. Da antropologia dual à unificadora

O catecismo tradicional apresenta, de forma didática, a visão antropológica dual, herdada da filosofia grega. De Platão, herda a concepção da imortalidade da alma e da supremacia desta sobre o corpo; de Aristóteles, a teoria hilemórfica, que considera corpo e alma

² Para efeitos didáticos, usaremos a sigla “GS”, usual na linguagem teológica, para indicar as citações da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, e a palavra “CAULY”, para se referir ao catecismo aqui adotado como texto de estudo.

como matéria e forma, respectivamente princípio de determinação e elemento determinável. Por adotar a visão de Platão (e dos neoplatônicos), tende a cair em dualismo perigoso, que desclassifica a materialidade do ser humano e considera de forma negativa sua corporeidade. A visão aristotélica, principalmente aquela assumida e interpretada por Tomás de Aquino, tende a valorizar a unidade dual de corpo e alma. Ambas as perspectivas se fundem na doutrina cristã da escatologia, consolidada a partir do século XIII. Então, se compreende a morte como separação do corpo e da alma, e a ressurreição dos mortos como uma forma de reunificação de ambos, no fim dos tempos. Perde-se algo da concepção judaico-cristã originária de que a ressurreição é algo radicalmente novo, uma nova criação, e não simplesmente a mera continuidade de uma pretensa alma imortal.

A morte é a separação da alma do corpo. A união destes dois elementos constitui a vida: sua separação acarreta a morte. No momento da morte, a alma, que é elemento de natureza espiritual, e portanto imortal e incorruptível, comparece diante de Deus para ouvir um primeiro julgamento particular. Quanto ao corpo, será depositado na terra, onde entra em decomposição e seus elementos materiais breve hão de confundir-se com o pó do túmulo (CAULY, n. 85, p. 100).

No documento conciliar se descortina uma antropologia unificadora que, sem abandonar a terminologia tradicional de “corpo e alma”, enriquece-a com outros componentes. Além do mais, o ser humano é compreendido simultaneamente em sua dimensão pessoal e coletiva. Por isso, a salvação diz respeito não somente ao indivíduo, mas também à sociedade.

Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade (GS 3).

Esta visão positiva do ser humano traz consigo a valorização do corpo e uma concepção de alma que, longe de negar a dimensão material da realidade, penetra nela de maneira mais profunda. O texto conciliar utiliza a analogia da “interioridade humana”, que compreende, simultaneamente, corpo e alma.

O homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador (GS 14).

Pela sua interioridade, [o ser humano] transcende o universo das coisas [...] Ao reconhecer, pois, em si uma alma espiritual e imortal, não se ilude com uma enganosa criação imaginativa, mero resultado de condições físicas e sociais. Atinge, pelo contrário, a verdade profunda das coisas (GS 14).

A partir desta antropologia unificadora e integral, mesmo que utilizando termos sujeitos a questionamento, valoriza-se o cuidado com o corpo, além de se destacar que ele também é destinado à glorificação.

Não pode [o ser humano] desprezar a vida corporal. Pelo contrário, deve considerar o seu corpo como bom e digno de respeito, pois foi criado por Deus e há de ressuscitar no último dia.

Todavia, ferido pelo pecado, o homem experimenta as revoltas do corpo. É, pois, a própria dignidade humana que exige que o homem glorifique a Deus no seu corpo, não deixando que este se escravize às más inclinações do próprio coração (GS 14).

Bem outra é a perspectiva de CAULY, que na linha da ascética tradicional, reforça a atitude de controle e domínio férreo sobre os impulsos humanos. Adota para

isso a expressão clássica “mortificação”³, que implica uma concepção predominantemente negativa do prazer humano, nas suas diversas formas.

Se tratarmos nosso corpo com respeito, mortificação, penitência, nós haveremos de preparar-lhe uma eternidade de luz, brilho e glória. Pelo contrário, se o arastarmos miseravelmente ao gozo de todas as suas vontades, às satisfações da gula e da sensualidade, nós lhe haveremos de destinar eternidade de trevas e de vergonha (CAULY, n. 89, conclusão prática, p. 105).

O catecismo dedica uma boa parte de seu ensino ao tratado da moral, baseado na versão católica dos dez mandamentos (que não correspondem exatamente aos mandatos bíblicos). Ao tratar dos “remédios contra a impureza” (pecados relacionados à sexualidade), sugere, entre outros:

3 Segundo AD. TANQUEREY, no clássico “Compêndio de Teologia ascética e mística”, “a mortificação contribui, como a penitência, para nos purificar das faltas passadas; mas o seu fim principal é premo-nirmos contra as do presente e do futuro, *diminuindo o amor do prazer, fonte de nossos pecados* (TANQUEREY, 1948, p. 430. Grifo nosso). A mortificação significa renúncia e crucificação da carne e de suas concupiscências (idem, p. 431). Define-se como “a luta contra as más inclinações, para as submeter à vontade, e esta a Deus” (idem, p. 432).

A prática habitual da mortificação dos sentidos, especialmente da vista, pela modéstia dos olhares; do gosto, pela prática da temperança; do ouvido, evitando toda má conversa, todo canto torpe; da imaginação, fugindo das más leituras, combatendo certo cismar perigoso; do coração, repelindo todo afeto muito vivo “que não quiséramos contar à nossa mãe” (CAULY, n. 170, p. 196-197).

De certa forma, GS 14 pode dar azo a uma interpretação pessimista com relação à corporeidade humana (“revoltas do corpo”). De outro lado, ele é realista e positivo, ao remontar seu fundamento na dignidade humana e apontar para a atitude de glorificar a Deus **no** corpo. Importa considerar que, embora assumindo a clássica terminologia de “corpo” e “alma”, propõe uma visão do ser humano “na sua unidade e integridade” (GS 14), não somente como indivíduo, mas também como coletividade. “Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa e de restaurar a sociedade humana” (GS 3). Com isso, fornece as bases para a ação evangelizadora que considere, ao mesmo tempo, o indivíduo e a sociedade.

Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros.

2. A morte e a ressurreição

A doutrina tradicional procurava explicar o que acontece na morte e por que morremos. Além de considerar a morte como separação do corpo e da alma, o catecismo repete a doutrina tradicional segundo a qual Adão e Eva (considerados personagens históricos), antes do pecado original, haviam recebido de Deus o dom preternatural da imortalidade. Interpreta-se de forma literal a frase de Paulo: “com o pecado veio a morte”. A morte seria a consequência do pecado. Mais. Afirma-se que ela vem de forma inesperada; não se pode prever as circunstâncias de dia, hora e modo. Assim, mais uma vez, ativa-se a “pedagogia do medo”. A morte é certa e inevitável “e determina irrevogavelmente a sorte de cada um, segundo os méritos”. Há que temê-la e estar preparado, pois o justo juiz virá implacável (CAULY, n. 85, p. 100). Nota-se que não há nenhuma referência à morte e à ressurreição de Jesus. Ignora-se uma dimensão fundamental do querigma cristão: na morte e ressurreição de Jesus, somos remidos da morte.

O texto conciliar se detém sobre o tema da morte. Ao contrário do catecismo, a que apresenta como algo totalmente explicável pela religião, a *Gaudium et Spes*

reconhece que ela permanece como um enigma, uma pergunta sempre presente. “Diante da morte, qualquer imaginação se revela impotente” (GS 18). A humanidade resiste à ideia de que tudo pode acabar com a morte. Anseia pela eternidade.

É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa. Não só a dor e a progressiva dissolução do corpo atormentam o homem, mas sobretudo o temor de que tudo acabe para sempre. Mas a intuição do próprio coração [...] leva-o a recusar o desaparecimento definitivo da sua pessoa. O germe de eternidade que nele existe, irreduzível à pura matéria, insurge-se contra a morte. Todas as tentativas da técnica, por muito úteis que sejam, não conseguem acalmar a ansiedade do homem: o prolongamento da longevidade biológica não pode satisfazer aquele desejo duma vida ulterior, inventivamente radicado no seu coração (GS 18).

A busca do ser humano pela *vida além da vida* encontra uma resposta na Revelação cristã. O texto conciliar mantém a explicação tradicional, hoje questionada por alguns teólogos, de que “o homem seria isento da própria morte corporal, se não tivesse pecado” (GS 18). A questão é complexa, pois a morte faz parte do ciclo da vida dos animais mamíferos no nosso planeta. Consiste num ato da natureza. O que o pecado acrescenta à mor-

te é sua dimensão trágica: o apego a esta vida, as mortes provocadas pela violência e outras formas de destruição do humano e do ecossistema.

A *Gaudium et Spes* proclama, de forma clara e inequívoca, que há uma relação entre criação e salvação. Mantém a visão predominante da teologia ocidental, que considera a redenção como resgate e superação da culpa. No entanto, resgata a visão oriental da salvação como elevação e divinização do humano, com a ressurreição de Jesus, início da nova criação.

O homem foi criado por Deus para um fim feliz, para além dos limites da miséria terrena [...] A própria morte corporal acabará por ser vencida, quando o homem, pelo onipotente e misericordioso Salvador, for restituído à salvação, que por sua culpa perdera.

Com efeito, Deus chama o homem a unir-se a Ele com todo o seu ser na comunhão da incorruptível vida divina. Cristo ressuscitado alcançou esta vitória, libertando o homem da morte com a própria morte.

Portanto, a fé, que se apresenta à reflexão do homem apoiada em sólidos argumentos, dá uma resposta à sua ansiedade acerca do seu destino futuro (GS 18).

O documento conciliar rejeita o discurso eclesial pessimista, vigente há muitos séculos, que acentua

o medo da morte e só considera a ressurreição como um prêmio para os justos, no fim dos tempos. Em Cristo morremos e com ele ressuscitamos, como sustenta Paulo nas suas epístolas. Mais ainda. A ressurreição de Jesus, pela ação do Espírito, transforma o ser humano, já nesta existência.

Por meio do Espírito, penhor da herança (Ef. 1,14), o homem todo é renovado interiormente, até a “redenção do corpo” (Rm. 8,23). O cristão [...] associado ao mistério pascal, e configurado à morte de Cristo, vai ao encontro da ressurreição, fortalecido pela esperança (GS 22).

3. O juízo de Deus: do castigo à transformação

No catecismo, o juízo particular é considerado como o momento decisivo em que o ser humano, através da alma, é submetido a uma “prestação de contas” diante de Deus. Trata-se de uma visão predominantemente forense, jurídica. Há inclusive um advogado de defesa e outro de acusação. O juízo é considerado como um balanço das ações cometidas, não um evento salvífico. A descrição visa criar no fiel o medo do castigo e do inferno.

Logo depois da morte, a alma comparece perante Deus para serem julgadas suas ações boas ou más: é o juízo particular [...] O primeiro juízo se passa entre Deus e a alma, no mesmo lugar da morte, em presença do anjo da guarda como testemunha e do demônio como acusador. Este juízo é muito rigoroso: versa sobre tudo quanto a alma fez, quer de bem, quer de mal, sobre as palavras e até sobre os pensamentos. “O Senhor desvendará o âmago dos corações”, diz o profeta Jeremias, e são Mateus acrescenta que todos darão conta até “de uma palavra inútil” (CAULY, n. 86, p. 101).

Nesta concepção, o juízo particular não considera as intenções, os desejos, o projeto de vida da pessoa. Mais ainda, adverte-se que este “acerto de contas” leva em conta também o último momento da existência, e não o processo existencial. Ou seja, se alguém, apesar de ter acumulado muitos méritos na vida pelas práticas de boas obras, morre em pecado mortal devido a um desliz, estaria irremediavelmente condenado.

Para uma pessoa cair no inferno, basta morrer em estado de pecado mortal; e por pecado mortal único incorremos neste castigo tremendo, ainda que tivesse sido nossa vida anterior vida santa (CAULY, n. 97, conclusão prática, p. 114).

Não há um ensino detalhado da *Gaudium et Spes* sobre o Juízo particular, pois isso escapa à finalidade do documento. Convém, no entanto, destacar uma frase que, sem se referir diretamente ao tema do Juízo, apresenta uma concepção dialogal, que supera a perspectiva heteronômica de um Deus autoritário, reduzido ao horizonte forense. Ressalta-se, aqui, a iniciativa divina e a correspondente resposta humana. O ser humano participa ativamente do juízo, toma decisão sob o olhar de Deus. Supera-se, assim, a visão objetivista do juízo divino.

Tal é o conhecimento profundo que ele [o ser humano] alcança quando reentra no seu interior, onde Deus, que perscruta os corações, o espera, e onde ele, sob o olhar do Senhor, decide da própria sorte (GS 14).

Na concepção dual da escatologia tradicional, o juízo de Deus se exerce em dois momentos completamente distintos. No tratado dos “novíssimos individuais”, fala-se do julgamento que acontece com a alma imortal, logo após a morte, e que determina o destino do ser humano. Bem outro é o “juízo final”, objeto dos novíssimos coletivos. Ele aconteceria no fim dos tempos, com a segunda vinda de Jesus (parusia) e a reunificação do corpo com a alma. Assim o apresenta o catecismo:

O corpo e a alma, depois da morte, não serão eternamente separados. Um dia, por seu poder, Deus os reunirá. Então, o corpo tomará sua vida de novo. É o que significa a expressão “ressurreição da carne” (CAULY, n. 88, p. 102).

Segundo esta doutrina, os corpos dos ressuscitados “serão substancial e identicamente os mesmos que em vida” (idem, n. 89, p. 104). Mas, paradoxalmente, serão corpos transformados. Seguindo a descrição que faz Tomás de Aquino no seu “Compêndio de Teologia”, o catecismo chega a tal grau de detalhes que assusta o leitor contemporâneo. E, estranhamente, não tem fundamento nos textos bíblicos. Apenas se utiliza de algumas citações isoladas para comprovar suas afirmações. Quais seriam as qualidades dos corpos dos justos na ressurreição final?

- Impassibilidade (não sentirão fome, sede, aflições, doenças, nem a morte).
- Clareza (brilharão como o sol – Mt 13,43).
- Agilidade (serão “rápidos como a faísca elétrica, instantâneos como o pensamento”, podendo passar, sem dificuldades, de um lugar para outro).

- Sutilidade (serão espiritualizados, tendo movimento livre e atravessando qualquer eventual barreira material). Cf. CAULY, n. 89, p. 104.

Bem outra seria a realidade dos corpos daqueles que morreram em pecado mortal, e cujas almas, até este momento, estiveram no inferno. A descrição é cercada de um pretenso realismo e reforça a pedagogia do medo.

O império da carne dominará neles mais violento que dantes; serão passíveis, atormentados por todos os males reunidos, [...] serão tenebrosos e escuros [...], terão o peso que os conservará prisioneiros, [...] a frouxidão cerceará todo impulso da alma (CAULY, n. 89, p. 105).

Assim, “de corpo e alma”, os seres humanos então estarão presentes no juízo final. De novo, não participarão ativamente. O catecismo usa o verbo “assistir” (n. 90, p. 105), que dá uma conotação claramente passiva. O juízo final aconteceria no Vale de Josafá e seria presidido por Jesus Cristo, “o juiz e redentor”. O que o diferenciaria do juízo particular? O fato de ser *visível e público* (n. 90, p. 105). Coincidindo com a visão do fundamentalismo e do pentecostalismo protestante, sustenta-se que o juízo final será precedido por alguns sinais precursoros: a pregação do evangelho por toda a terra, a

apostasia dos homens e dos povos, a aparição do anti-cristo e a destruição do cosmos. “Neste cataclismo geral, os homens hão de morrer e o mundo será purificado e transformado” (CAULY, n. 91, p. 106-107). Preservar-se-á, no entanto, a esperança na nova criação. Após o juízo final, “a terra e toda a criação material não serão aniquiladas, serão purificadas e transformadas em novo céu e nova terra (2 Pe 3,12-13) (idem, n. 92, p. 108).

A doutrina clássica, cristalizada e simplificada no catecismo, trata dos temas de escatologia como se fosse possível descrever com certeza os detalhes daquilo que acontecerá com a vinda do Senhor. As imagens esperanças do livro do Apocalipse são interpretadas como narrações antecipadas do fim. “O fato do juízo geral é certíssimo; a época, todavia, não é conhecida” (CAULY, n. 90, p. 106). E quais seriam estas circunstâncias?

Ao clangor da trombeta, os mortos ressuscitados reunir-se-ão no vale de Josafá. Os anjos separarão os bons dos maus e Jesus pronunciará a sentença de recompensa para os justos e de condenação para os réprobos (CAULY, n. 92, p. 107).

O caráter público do juízo final não residiria, em primeiro lugar, numa palavra vitoriosa de Deus sobre as forças do mal na história. A finalidade do juízo é confir-

mar para os justos que valeu a pena perseverar na lei de Deus.

O Senhor [...] desvenderá as consciências e todos os segredos dos corações serão manifestados. Para vergonha dos pecadores, suas faltas serão publicadas perante o mundo inteiro, e as boas obras dos justos divulgadas para a glória destes (CAULY, n. 92, p. 107).

Um princípio importante subjaz a este discurso escatológico. Trata-se da “teologia do mérito”. Consiste em acreditar que o ser humano está neste mundo para ser provado. E, se passar na prova, será promovido à vida eterna. Receberá o céu por recompensa. A prática de “boas obras” e o cumprimento das prescrições devocionais levam-no a acumular méritos para a vida eterna. Daqui não se leva nada, somente os méritos (ou as culpas).

Além disso, os motivos aduzidos para o juízo final remontariam à justiça retributiva, forense, jurídica. Ou seja: retribuir a Jesus, a Deus e ao ser humano o que eles merecem, mas não têm a oportunidade de receber plenamente, neste mundo de pecado e de maldade. No juízo final, Jesus será reparado de toda blasfêmia, insulto e ultraje. Deus tornará público e provará que ele é justo. Sua justiça ficará evidente até nos mínimos detalhes.

Para os homens justos, que viveram perseguidos e morreram no aparente fracasso, será o momento da verdadeira vitória. Assim, “o juízo universal será a reparação completa e justa” (CAULY, n. 93, p. 108-109).

No campo dos “novíssimos coletivos” (parusia, juízo final, ressurreição final, nova criação) evidencia-se uma mudança radical, na visão do Concílio Vaticano II. Embora o texto da *Gaudium et Spes* seja breve, é denso de significado.

Ignoramos o tempo em que a terra e a humanidade atingirão a sua plenitude, e não sabemos que transformação sofrerá o universo. Porque a figura deste mundo, deformada pelo pecado, passa certamente, mas Deus ensina-nos que se prepara uma nova habitação e uma nova terra, na qual reina a justiça e cuja felicidade satisfará e superará todos os desejos de paz que se levantam no coração dos homens. Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo e aquilo que foi semeado na fraqueza e corrupção revestir-se-á de incorruptibilidade, permanecendo o amor e sua obra (GS 39).

Vejam as principais diferenças:

- Sustenta-se, com humilde e realista postura, que “não sabemos” as circunstâncias da consumação da história e do mundo.

- O fim não consiste num momento pontual, inesperado e certo, que “fecha as portas” da história, e sim no ponto máximo de um processo (plenitude), que se iniciou com a criação.
- Acentua-se que a plenificação da humanidade e do cosmos é preparada por Deus. Trata-se de iniciativa divina, amorosa e gratuita, que simultaneamente responde aos anseios profundos do ser humano.
- Evita-se a adoção da linguagem de “ficção teológica” a respeito dos corpos transfigurados. Retorna-se à simplicidade das imagens bíblicas, consideradas como analogias que nos introduzem no mistério, e não como elementos jornalísticos de relatos antecipados sobre o fim.
- A Cristo não se aplica o título de juiz, e sim aquele que, ressuscitado, nos leva ao Pai. Assim, “os filhos de Deus serão ressuscitados em Cristo”.
- Supera-se a “teologia do mérito”, que desvaloriza a ação humana no mundo e a reduz a uma prova. O que se leva desta vida? O que permanece? O amor e sua obra! Aqui ecoa uma bela intuição de Teilhard de Chardin: somos chamados por Deus para contribuir no processo

de evolução e cristificação do universo, de ampliação e profundização do amor (amorização).

O texto conciliar acrescenta ainda:

Todos estes valores da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, fruto da natureza e do nosso trabalho, depois de os termos difundido na terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandamento, voltaremos de novo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal: “reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz”. Sobre a terra, o reino já está misteriosamente presente; quando o Senhor vier, atingirá a perfeição (GS 39).

- O Concílio assume uma das chaves fundamentais da escatologia contemporânea, designada por O. Culmann como “tensão escatológica”. Ou seja, existe uma relação de continuidade e de ruptura entre a prática dos valores do Reino de Deus neste mundo e a sua consumação na eternidade. A promessa de Deus **já** se realiza, de forma parcial e fragmentada, na história pessoal e coletiva dos humanos. Porém, como nos-

sa realidade também está marcada pela ambiguidade do pecado, o último e definitivo **ainda não** se manifestou plenamente.

- A parusia e o juízo final significam também a realização plena do Reino de Deus. Todo o processo de evolução da natureza e da atuação humana para realizar o bem na história será purificado, iluminado e transfigurado.
- Estão ausentes a perspectiva de justiça retributiva e o acento jurídico no tema do juízo final. No fundo, nem Jesus nem o Pai precisam de reparação. Na linha da tensão escatológica, a consumação dos tempos é um “reencontro” e um ato salvador de Deus, assumindo, elevando e transformando as ações e os valores humanos.

4. A centralidade cristológica

Além dos elementos citados anteriormente, dois outros marcam a singularidade da *Gaudium et Spes* para a escatologia contemporânea. A primeira diz respeito ao seu caráter cristocêntrico. No catecismo tradicional, a pessoa de Jesus Cristo, considerada principalmen-

te como “o redentor pela cruz”, na escatologia, o “justo juiz”, não inspira a existência concreta dos cristãos. A chamada “prática de Jesus”, seus gestos e palavras, sua missão na Galileia, o caminho até Jerusalém exercem pouca influência na ética e na espiritualidade. Passa-se, rapidamente, da encarnação para a paixão na cruz. Já no documento conciliar se manifesta um discurso no qual Jesus é anunciado como aquele que não somente manifesta quem é Deus, mas também desvela quem é o ser humano à luz de Deus.

O mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente. Cristo, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime (GS 22).

O Concílio resgata a contribuição da teologia oriental, que considera a encarnação não somente como uma etapa da redenção; ela própria é redentora. Em diálogo com a sociedade contemporânea, marcadamente antropocêntrica, o Concílio afirma que, na encarnação do Filho, Deus “assume para resgatar” o humano. A encarnação constitui a base dos vínculos que unem Jesus a cada ser humano e à sociedade.

“Imagem de Deus invisível” (Col. 1,15), Ele é o homem perfeito, que restitui aos filhos de Adão semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Já que, n’Ele, a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo também em nós foi ela elevada a sublime dignidade. Porque, pela sua encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado (GS 22).

Jesus Cristo é modelo de vida para o cristão. Não um modelo rígido, previamente determinado. O texto conciliar se refere a duas categorias bíblicas. A primeira, *o seguimento*, típico dos evangelhos sinóticos. A segunda, *o caminho novo*, da Epístola aos Hebreus. Por fim, utiliza em profusão as imagens paulinas. Jesus é primeiro entre os irmãos. Quem adere a ele, recebe o dom do Espírito Santo e entra num processo de renovação, que começa nesta existência e se consuma na morte, ao participar da ressurreição de Jesus. Aqui se desvela outra originalidade do texto conciliar. A partir de Jesus, amplia a compreensão acerca da ressurreição, como vida que vence a morte, glorificação, comunhão com Deus, o cos-

mos e os irmãos, e não simplesmente a reunificação da alma imortal com o corpo.

Sofrendo por nós, não só nos deu exemplo, para que sigamos os seus passos, mas também abriu um novo caminho, em que a vida e a morte são santificados e recebem um novo sentido. O cristão, tornado conforme a imagem do Filho que é o primogênito entre a multidão dos irmãos, recebe “as primícias do Espírito” (Rom. 8,23), que o tornam capaz de cumprir a lei nova do amor. Por meio deste Espírito, “penhor da herança” (Ef. 1,14), o homem todo é renovado interiormente, até a “redenção do corpo” (Rom. 8,23). O cristão [...] associado ao mistério pascal, e configurado à morte de Cristo, vai ao encontro da ressurreição, fortalecido pela esperança (GS 22).

Para culminar com a importância da centralidade cristológica, que impacta em toda a teologia e de maneira singular na escatologia, o Concílio sustenta que a ação redentora de Jesus – por sua encarnação, vida, morte, ressurreição e efusão do Espírito – se aplica não somente àqueles que aderem de forma explícita a Cristo. Visando superar o dualismo, sustenta-se que a única vocação humana, que é divina, atinge a todos os seres humanos, que assim são chamados a participarem do mistério pascal.

E o que fica dito, vale não só dos cristãos, mas de todos os homens de boa vontade, em cujos corações a graça opera ocultamente. Com efeito, já que por todos morreu Cristo e a vocação última de todos os homens é realmente uma só, divina, [...] o Espírito Santo dá a todos a possibilidade de se associarem a este mistério pascal, por um modo só de Deus conhecido (GS 22).

5. A tensão entre progresso humano e a vinda do Reino de Deus

A *Gaudium et Spes* é uma Constituição Pastoral acerca da relação da Igreja com o mundo de hoje. E, seguramente, um dos temas candentes, diretamente abordado pelo documento conciliar, reside na forma de considerar os avanços da humanidade, à luz da realidade escatológica definitiva, a plenificação do Reino de Deus. Ou, em termos mais simples, as conquistas históricas e a meta alcançada, à luz da Graça. Questão nada fácil de equacionar. Alternativas insuficientes já foram colocadas no correr da história, tais como messianismo político, socialismo utópico, materialismo, espiritualismo escapista... Algumas acentuam o desenvolvimento humano de forma autossuficiente, em detrimento da iniciativa divina.

Outros, para assegurar a prioridade absoluta de Deus, negam as conquistas humanas. Afinal, como articular as tarefas necessárias para a edificação da sociedade humana com a esperança no Último e Definitivo dom de Deus?

A importância das tarefas terrenas não é diminuída pela esperança escatológica, mas esta antes reforça a sua execução com novos motivos. [...] Se faltam o fundamento divino e a esperança da vida eterna, a dignidade humana é gravemente lesada [...] e os enigmas da vida e da morte, do pecado e da dor, ficam sem solução, o que frequentemente leva os homens ao desespero (GS 21).

Como já vimos, o Concílio sustenta que há somente uma vocação humana, que em última instância é divina. Mais. A fé, resposta humana à revelação divina, nos dá condições de compreender a complexa e difícil realidade histórica e buscar/encontrar soluções que se revelam humanizantes. Esta é uma frase lapidar da Constituição Pastoral:

A fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas (GS 3).

Tal postura se fundamenta no fato de a Igreja ser uma comunidade que faz parte do mundo, está solidária com o mundo, compartilha as dores e alegrias, dificuldades e esperanças da humanidade. Comunidade peregrina, que anuncia e espera a manifestação do Reino de Deus.

[...] Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação para o Reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para comunicá-la a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história (GS 1).

Sem utilizar explicitamente a terminologia, a Constituição Pastoral assume a **tensão escatológica** como categoria teológica apropriada para discernir acerca do progresso. De um lado, reconhece que já nas conquistas históricas da humanidade se manifesta em semente, de forma ambígua e fragmentada, o Reino de Deus. Mas este Reino não se esgota nestas realidades humanas. Antes, critica seus limites e equívocos e aponta para algo mais. Há simultaneamente relações de continuidade e ruptura, semelhança e diferença.

[...] A expectativa da Nova Terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes ativar a solicitude em ordem a desenvolver esta Terra, onde cresce o corpo da nova família humana, que já apresenta uma prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, embora o progresso terreno se deva cuidadosamente distinguir do crescimento do Reino de Cristo, todavia, na medida em que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao Reino de Deus (GS 39).

Sob a orientação do Espírito Santo, a Igreja continua a missão de Jesus Cristo, “que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para julgar, para servir e não para ser servido” (GS 3). Os seguidores de Jesus, que constituem a comunidade cristã, são instados a cultivar esta visão unificadora, que direciona o sentido último das atividades humanas para a glorificação do Senhor.

Alegrem-se os cristãos por poderem exercer todas as atividades terrenas, unindo numa síntese vital todos os seus esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos ou técnicos com os valores religiosos, sob cuja elevada ordenação tudo se coordena para a glória de Deus (GS 43).

É verdade que as noções de “progresso” e “desenvolvimento” sofreram profundos questionamentos,

advindos sobretudo de pessoas e grupos empenhados na luta pela justiça social e pela ecologia. O “progresso” do primeiro mundo se efetivou em grande parte às custas de um modelo de exploração de povos e nações mais pobres. Por detrás do conceito de desenvolvimento crescente e infinito, há uma ilusão de que a Terra é uma fonte inesgotável de recursos, a serem utilizados sem limites pelos humanos. Por isso, ganha destaque a perspectiva ética adotada pela *Gaudium et Spes*. Mais importante do que o aprimoramento tecnológico ou a adoção de parâmetros modernos de produção e consumo é o compromisso com a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Em síntese, buscar em primeiro lugar o Reino de Deus, empenhando-se para melhorar o mundo!

Os cristãos que desempenham parte ativa no atual desenvolvimento econômico-social e lutam pela justiça e pela caridade, estejam convencidos de que podem contribuir muito para o bem da humanidade e a paz do mundo [...] Todo aquele que, obedecendo a Cristo, busca primeiramente o Reino de Deus, recebe daí um amor mais forte e mais puro, para ajudar os seus irmãos e realizar, sob o impulso da caridade, a obra da justiça (GS 72).

Conclusão

Apontaremos resumidamente quais aspectos da escatologia tradicional foram mantidos pelo documento conciliar e quais foram ressignificados, ampliados ou modificados. Tais conclusões são importantes para fundamentar a evolução da escatologia pós-conciliar e subsidiar a ação evangelizadora da Igreja no mundo atual. Adotamos a perspectiva dialético-crítica, que identifica *continuidade e ruptura* nos processos de evolução.

A *Gaudium et Spes* mantém, da Tradição da Igreja, os seguintes aspectos da escatologia: (a) a antropologia dual da pessoa humana, constituída de corpo e alma; (b) a certeza de que a vida humana não se esgota com a morte, pois Deus nos chama para a Vida Eterna; (c) a denúncia de que o pecado destrói o ser humano, mas este é remido por Cristo Salvador; (d) o espinhoso tema do “juízo de Deus” sobre as pessoas e o mundo; (e) certa distinção entre os “novíssimos pessoais” (juízo particular, céu, purgatório, inferno) e os coletivos (parusia, juízo final, ressurreição dos mortos, nova criação).

Sem pretender constituir-se num “manual de escatologia”, o documento conciliar apresenta ilumina-

doras contribuições para ampliar o horizonte teológico-pastoral desta temática:

- a) Amplia a antropologia dual, enfatizando a unidade de corpo e alma e a pluralidade do ser humano, como pessoa e coletividade.
- b) Considera a morte não simplesmente como “fruto do pecado”, mas sim como um enigma permanente da existência humana, que se esclarece à luz da morte e da ressurreição de Cristo.
- c) Supera a visão infantilizadora, heteronômica e amedrontadora a respeito do juízo de Deus. Esse não é mais considerado meramente do ponto de vista jurídico ou forense, mas sim como juízo salvador, em que o homem e a mulher também são protagonistas. O ser humano não leva desta vida somente os méritos, pois Deus assume e transforma “o amor e sua obra”.
- d) Retoma a visão bíblica da ressurreição como vida nova que vence a morte, a partir de Jesus Cristo (não se trata de simples reunificação de corpo e alma).
- e) Reposiciona a reflexão teológica, na qual se in-

clui a escatologia, a partir da centralidade da pessoa de Jesus Cristo: sua encarnação, missão, paixão, morte, ressurreição e a efusão do Espírito.

- e) Mostra que há uma tensão construtiva, irreduzível a um dos termos, entre compromisso com as tarefas humanas e esperança escatológica, progresso humano e vinda do Reino de Deus, empenho na luta pela justiça e entrega confiante nas mãos do Senhor.

O Concílio abriu as portas da escatologia cristã. A partir daí, desencadeou-se uma renovação na reflexão, na espiritualidade e na prática cristã. Mudou o próprio conceito de escatologia, que não é compreendida mais como a especulação minuciosa sobre o que acontecerá com cada cristão após sua morte e com a humanidade e o cosmos após a segunda vinda de Cristo. Ela se anuncia com a reflexão sistemática, crítica e esperançada sobre o Último e Definitivo em todas as realidades.

Creemos que os itens acima elencados constituem critérios fundamentais para avaliar a produção teológica pós-conciliar no campo da escatologia cristã. Com isso se reconhece a contribuição de diferentes tendências e autores. Desde aqueles que, por exemplo, reforçam

o clássico esquema dual de corpo e alma (POZO e Cl. BOFF), como os que elaboram uma antropologia unitária, com termos contemporâneos (GRESHAKE, L. BOFF e BLANK), ou refazem os próprios termos de “corpo” e “alma” (KEHL). Não se trata simplesmente de se posicionar pela clássica escatologia em duas etapas (novíssimos pessoais e coletivos), ou pela escatologia de fase única. Uns sustentam que a parusia seria um mero teologúmeno. Outros, objeto de esperança, realidade trans-histórica (De LA PEÑA). Neste campo, a lúcida obra de LIBANIO e BINGEMER aponta os elementos doutrinários incompatíveis com a fé cristã e aqueles que constituem a escatologia, embora possam estar dispostos em distintos e até antagônicos esquemas de compreensão.

Como mostramos, os textos conciliares da *Gaudium et Spes* estabelecem as bases para a evolução da escatologia cristã, com categorias consensuais sólidas e bem articuladas com a Bíblia e a Tradição Eclesial. No entanto, não são um ponto de chegada. Há um longo caminho ainda a percorrer.

Referências

- BLANK, Renold J. *Nossa Vida tem futuro*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- BLANK, Renold J. *Nosso mundo tem futuro*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- BOFF, Clodovis M. *Escatologia*. Breve tratado teológico-pastoral. São Paulo: Ave Maria, 2013.
- BOFF, Leonardo. *Vida para além da morte: o futuro, a festa e a contestação do presente*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CAULY, M. *Curso de Religião* (Catecismo Cauly). São Paulo: FTD, 1959.
- CONSTITUIÇÃO PASTORAL “GAUDIUM ET SPES”. Concílio Vaticano II. Ed. Vozes, 1968.
- DE LA PEÑA, J.L.R. *La otra dimension*. Escatologia Cristiana. Madrid: BAC, 1975.
- GRESHAKE, G. *Mas fuertes que la muerte*. Santander: Sal Terrae, 1981.
- KEHL, M. *E depois da morte, o quê?* São Paulo: Loyola, 2011.
- LIBANIO, J.B; BINGEMER, M.C.L. *Escatologia cristã: o novo céu e a nova terra*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- POZO, C. *Teología del más allá*. Madrid: BAC, 1968.
- RAHNER, K. Escatologia. In: *Sacramentum Mundi*. Barcelona, Herder, 1972, vol. II, p. 653-663.
- TANQUEREY, A.D. *Compêndio de teologia ascética e mística*. Porto: Apostolado da Imprensa, 4 ed., 1948.

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade de cristãos* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraudou, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introversa: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum”* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight
- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho

- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém – Aspectos epistemológicos e constelações atuais* – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vítor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo* – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori



Afonso Murad é doutor em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Itália, 1992). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1981) e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1984). É professor de Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, em Belo Horizonte. Os principais interesses de pesquisa são: Gestão e Espiritualidade, Teologia e Ecologia, Mariologia, Vida Religiosa, Introdução à Teologia, Teologia Sistemática, Teologia Latino-Americana.

Algumas obras do autor

MURAD, A. *O que Maria tem a dizer às mães de hoje*. São Paulo: Paulus, 2014.

_____; BOMBONATTO, V. (Org.). *Teologia para viver com sentido. Homenagem aos 80 anos do teólogo João Batista Libanio*. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____; GOMES, P. B; RIBEIRO, S. *A casa da teologia: introdução ecumênica à ciência da fé*. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo: Sinodal, 2010.

_____. *Gestão e Espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. *Maria Toda de Deus e tão humana. Compêndio de Mariologia*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *Aquele que passeia em nós. Deus no coração de todas as coisas*. São Paulo: Paulinas, 2001.

_____. *Visões e Aparições. Deus continua falando?*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____; LIBANIO, J. B. *Introdução a Teologia. Perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 1996.

Outras contribuições

MURAD, A; GOMES, P. B. *A casa do diálogo e a teologia plural. Representantes de diferentes religiões escrevem obra que propõe uma introdução ecumênica à ciência da fé*. [29/03/2010]. Revista IHU On-Line. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Junges.